

VOZES DO CÁRCERE: PERCEPÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE SOBRE A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM RECEBIDA NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL

VOICES FROM PRISON: PERCEPTIONS OF WOMEN DEPRIVED OF LIBERTY REGARDING THE NURSING CARE RECEIVED DURING THE PREGNANCY-PUERPERAL CYCLE

VOCES DESDE LA PRISIÓN: PERCEPCIONES DE MUJERES PRIVADAS DE LIBERTAD SOBRE LA ATENCIÓN DE ENFERMERÍA RECIBIDA DURANTE EL CICLO EMBARAZO-PUERPERAL

JULIANA DE SOUZA SILVA ENGRACIO¹

PALLOMA FERREIRA DA COSTA²

ROBERTA MEIRELES DA SILVA³

DAIANA DIAS LIMA⁴

FERNANDA CARDOSO CORRÊA PÓVOA⁵

WANDERSON ALVES RIBEIRO⁶

RESUMO: A assistência à saúde de mulheres privadas de liberdade durante o ciclo gravídico-puerperal constitui um importante desafio para os serviços de saúde, especialmente diante das vulnerabilidades inerentes ao contexto prisional. Este estudo teve como objetivo identificar quais aspectos da assistência de enfermagem são considerados adequados ou insuficientes por mulheres privadas de liberdade, bem como descrever os principais desafios, fragilidades e potencialidades dessa assistência. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico. Foram incluídos estudos publicados entre 2020 e 2025, em língua portuguesa, relacionados à assistência de enfermagem no ciclo gravídico-puerperal de mulheres em situação de cárcere. A amostra final foi composta por 20 estudos. Os resultados evidenciaram que a assistência de enfermagem é frequentemente reconhecida pelas mulheres como importante fonte de acolhimento, orientação e apoio durante a gestação, parto e puerpério. Entretanto, persistem fragilidades relacionadas ao acesso e à continuidade do pré-natal, insuficiência de recursos humanos e materiais, precariedade estrutural das unidades prisionais, desarticulação com a rede de atenção à saúde, violência obstétrica, restrição de direitos e insuficiência de suporte emocional. Em contrapartida, destacaram-se como potencialidades a realização de consultas de enfermagem, ações educativas, incentivo ao aleitamento materno, escuta qualificada e fortalecimento do vínculo terapêutico. Conclui-se que, embora existam avanços na assistência às gestantes e puérperas privadas de liberdade, ainda são necessárias estratégias que fortaleçam a humanização do cuidado, a qualificação profissional, a infraestrutura dos serviços e a efetivação dos direitos reprodutivos e maternos dessa população, contribuindo para uma assistência integral, equitativa e de qualidade.

Palavras-chave: Mulheres privadas de liberdade. Assistência de enfermagem. Gestação. Puerpério. Sistema prisional. Saúde da mulher. Enfermeiro. Pré-natal. Cárcere.

¹ Discente do Curso de Enfermagem na Universidade Iguaçu (UNIG).

² Discente do Curso de Enfermagem na Universidade Iguaçu (UNIG).

³ Discente do Curso de Enfermagem na Universidade Iguaçu (UNIG).

⁴ Enfermeira graduada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Saúde da Mulher, criança e adolescente pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Enfermeira Obstetra pela Universidade Estácio de Sá. Professora Auxiliar UNIG e UNESA.

⁵ Enfermeiro Especialista em Saúde da Família pela UERJ / Urgência e Emergência pela UNINTER / Enfermagem Obstétrica pela FABA / Enfermagem do Trabalho pela UNINTER/ MBA Executivo em Gestão em Saúde pela UCAM / Mestre em Ciências Médicas pela UFF.

⁶ Enfermeiro; Mestre, Doutor e Pós-doutorando em Ciências do Cuidado em Saúde pelo PACCAS/Universidade Federal Fluminense (UFF); Docente na graduação em enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

ABSTRACT: Health care for women deprived of liberty during the pregnancy-puerperal cycle represents a significant challenge for health services, especially considering the vulnerabilities inherent to the prison environment. This study aimed to identify which aspects of nursing care are considered adequate or insufficient by incarcerated women, as well as to describe the main challenges, weaknesses, and strengths of such care. This is an integrative literature review with a descriptive and qualitative approach, conducted using the Virtual Health Library (VHL), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), and Google Scholar databases. Studies published between 2020 and 2025 in Portuguese addressing nursing care during the pregnancy-puerperal cycle of incarcerated women were included. The final sample consisted of 20 studies. The findings revealed that nursing care is often recognized by women as an important source of support, guidance, and emotional assistance during pregnancy, childbirth, and the postpartum period. However, weaknesses persist regarding access to and continuity of prenatal care, shortage of human and material resources, inadequate prison infrastructure, poor integration with health care networks, obstetric violence, restriction of rights, and insufficient emotional support. On the other hand, nursing consultations, health education activities, breastfeeding promotion, qualified listening, and the strengthening of the therapeutic bond emerged as important strengths. It is concluded that, despite advances in care for pregnant and postpartum incarcerated women, strategies are still needed to strengthen humanized care, professional training, service infrastructure, and the effective guarantee of reproductive and maternal rights, contributing to comprehensive, equitable, and high-quality care.

Keywords: Women deprived of liberty. Nursing care. Pregnancy. Postpartum period. Prison system. Women's health.

RESUMEN: La atención a la salud de las mujeres privadas de libertad durante el ciclo gravídico-puerperal constituye un importante desafío para los servicios de salud, especialmente debido a las vulnerabilidades inherentes al contexto penitenciario. Este estudio tuvo como objetivo identificar qué aspectos de la atención de enfermería son considerados adecuados o insuficientes por las mujeres privadas de libertad, así como describir los principales desafíos, debilidades y potencialidades de dicha atención. Se trata de una revisión integradora de la literatura, de carácter descriptivo y enfoque cualitativo, realizada en las bases de datos Biblioteca Virtual en Salud (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud (LILACS) y Google Académico. Se incluyeron estudios publicados entre 2020 y 2025, en idioma portugués, relacionados con la atención de enfermería durante el ciclo gravídico-puerperal de mujeres encarceladas. La muestra final estuvo compuesta por 20 estudios. Los resultados evidenciaron que la atención de enfermería es frecuentemente reconocida por las mujeres como una importante fuente de acogida, orientación y apoyo durante el embarazo, el parto y el puerperio. Sin embargo, persisten debilidades relacionadas con el acceso y la continuidad de la atención prenatal, la insuficiencia de recursos humanos y materiales, la precariedad estructural de las unidades penitenciarias, la desarticulación con la red de atención en salud, la violencia obstétrica, la restricción de derechos y la insuficiencia de apoyo emocional. Por otro lado, se destacaron como potencialidades las consultas de enfermería, las acciones educativas, el fomento de la lactancia materna, la escucha cualificada y el fortalecimiento del vínculo terapéutico. Se concluye que, a pesar de los avances en la atención a las gestantes y puérperas privadas de libertad, aún son necesarias estrategias que fortalezcan la humanización del cuidado, la capacitación profesional, la infraestructura de los servicios y la garantía efectiva de los derechos reproductivos y maternos de esta población, contribuyendo a una atención integral, equitativa y de calidad.

Palabras clave: Mujeres privadas de libertad. Atención de enfermeira. Embarazo. Puerperio. Sistema penitenciário. Salud de la mujer.

INTRODUÇÃO

Apesar do encarceramento de mulheres estar em uma curva ascendente, o crescimento dos presídios femininos não acompanha esse ritmo, culminando em grande parcela de instituições que não possuem estrutura adequada para abrigar as especificidades do sexo

feminino, uma vez que grande parte das instituições foi planejada para atender a população prisional masculina, passando apenas por um processo de adaptação para abrigar a população feminina (Brandão, et al., 2020 apud Simões et al., 2019).

Observa-se nesse cenário que a elevação no número de mulheres privadas de liberdade gerou aumento na porcentagem daquelas vivenciando alguma das fases do período gravídico-puerperal. Esse crescimento despertou discussões sobre as necessidades de adaptações (físicas e assistenciais) que as instituições prisionais precisavam alcançar para garantir boa assistência ao binômio em um ambiente de tantas vulnerabilidades (Brandão, et al., 2020).

Com relação ao perfil sociodemográfico, o público feminino privado de liberdade é marcado por desigualdades sociais: jovens, de baixo nível socioeconômico e escolar, desempregadas, de acesso reduzido aos serviços de saúde, com histórico de IST, envolvidas com prostituição e/ou drogas (como usuária ou por tráfico) e mães (cerca de 70% delas têm filhos e se encontram em situação de fragilidade familiar) (Barra, 2025; apud Gonçalves, 2020; Brasil, 2014).

No contexto do crescente encarceramento feminino se tornou evidente que a fragilidade estrutural impacta diretamente nos direitos sexuais e reprodutivos visto que muitas mulheres inseridas no sistema carcerário feminino brasileiro enfrentam inúmeras violações de seus Direitos. Esse cenário revela uma grande crise, resultando na falta de proteção aos direitos básicos femininos, tornando-se uma problemática complexa com raízes históricas profundas, advindas de um passado machista, presente no sistema carcerário atual, o que viola constantemente os Direitos Humanos (Barra, 2025; apud Firmiano, Soares, 2022).

Reforçando o supracitado Ferreira e Fernandes (2020), refletem que durante a assistência à saúde dos homens e mulheres nos presídios, o público feminino requer maior atenção, pois contempla especificidades como pré-natal, parto, puerpério, ações de prevenção e rastreio (como o Papanicolau e Exame Clínico das Mamas - ECM), além de controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

Cabe ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 8º, § 10, reforça essas especificidades ao dispor que é assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. Após o nascimento, a mãe possui o direito de permanecer com seu filho para amamentá-lo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu artigo 5º, inciso L, que “às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de

amamentação”, sendo também recomendado oferecer condições adequadas durante o aleitamento (BRASIL, 2011).

Entretanto, ao mesmo tempo em que a mãe exerce esse direito, a criança pode ter comprometido o seu direito de nascer e crescer em liberdade, o que pode impactar negativamente o seu desenvolvimento, considerando a insuficiência de estrutura e de recursos que favoreçam seu crescimento no ambiente prisional (BRASIL, 2011).

Visando assegurar a assistência à saúde da mulher, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário foi o primeiro esforço, ainda incipiente, que elucida a necessidade de “realização do pré-natal, controle do câncer cérvico-uterino e de mama” (Brasil/MS, 2004, p. 30). Anos depois, a discussão sobre a maternidade entrou de fato em pauta, com a criação da Lei nº 11.942/2009, que alterou a Lei de Execução Penal de 1984, ressaltando então os direitos das encarceradas, principalmente a necessidade da proteção diferenciada e qualificada ao cuidado materno-infantil. (Brasil, 2011)

Em 2025 foi instituído o Programa Brasil Saudável, que propõe em uma de suas diretrizes a redução das iniquidades por meio da ampliação dos direitos humanos e da proteção social em populações e territórios prioritários, reforçando a necessidade de garantir o acesso universal, equitativo e integral aos serviços de saúde para pessoas privadas de liberdade, especialmente às gestantes, em consonância com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) reforçando a necessidade de garantia de uma assistência qualificada (Araújo et al., 2025).

Em contrapartida a necessidade de assistência qualificada torna-se necessário dar voz às mulheres privadas de liberdade no que tange a assistência recebida. Nesse sentido, as principais percepções dessas mulheres são sentimentos de abandono, tristeza, solidão e desejo de mudança. A falta de profissionais de saúde, o descaso no momento do parto, o baixo número de consultas e a escassez de investimentos são alguns dos problemas enfrentados por essas mulheres. A assistência prestada durante o Parto também é uma preocupação, já que muitas mulheres são submetidas a procedimentos invasivos sem o seu consentimento ou são impedidas de ter um acompanhante durante o parto (Cabral, 2025; apud Oliveira, 2024)

As diferentes percepções acerca da assistência recebida durante o ciclo gravídico-puerperal e vivências pessoais, como o rompimento da maternagem decorrente do aprisionamento, geram necessidades no âmbito da saúde que devem atravessar a limitação biomédica e atrelar às questões ou vulnerabilidades que refletem os modos de vida, as identidades e as condições necessárias para o gozo da assistência qualificada (Araújo e Chaves, 2020 apud; Paim, 2006).

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de aprofundar a compreensão acerca das vivências de mulheres em situação de privação de liberdade, especialmente no que se refere ao período do ciclo gravídico-puerperal no ambiente prisional.

Dessa forma o presente estudo justifica-se visto que a gestação em ambientes carcerários configura-se como um desafio complexo, permeado por vulnerabilidades, limitações estruturais e estigmas sociais que impactam diretamente a qualidade do cuidado. Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de um cuidado que transcenda o rigor técnico, e que seja pautado na assistência humanizada garantindo a dignidade, segurança e a integralidade da atenção à saúde.

Embora o enfermeiro assuma um papel essencial na promoção de uma assistência contínua e resolutiva, torna-se imperativo investigar como essa prática é significada pelas próprias mulheres. Compreender a percepção delas sobre a assistência recebida é fundamental para identificar lacunas entre as diretrizes ético-legais e a realidade vivida no cárcere, permitindo que a enfermagem atue não apenas como executora de protocolos, mas como garantidora do direito à saúde reprodutiva e materna. No que tange a relevância este estudo está fundamentado na necessidade de dar visibilidade a essas experiências, frequentemente negligenciadas, contribuindo para a produção de conhecimento científico que subsidie a formulação e a implementação de políticas públicas mais eficazes e humanizadas. (Bezerra, et al. 2025)

No âmbito assistencial, busca-se fomentar a reflexão crítica sobre a assistência de enfermagem no ciclo gravídico-puerperal de mulheres privadas de liberdade sob a ótica dessas mulheres, destacando que o cuidado integral só se concretiza ao considerar a subjetividade e protagonismo feminino. Ao analisar a assistência recebida, a pesquisa fornecerá subsídios reais para a construção de protocolos mais acolhedores, fortalecimento do vínculo terapêutico e a qualificação de profissionais de saúde que prestam assistência à mulheres em situação prisional, pautando-se em evidências científicas e dados atuais que retratam esse cenário.

No contexto social e ético, a relevância desta pesquisa reside em dar visibilidade a um grupo historicamente silenciado, promovendo a garantia dos direitos reprodutivos e a dignidade humana atrás das grades. Ao colocar a voz dessas mulheres em pauta, o estudo visa impulsionar a humanização do cuidado e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à equidade da saúde integral da mulher. Assim, reafirma-se o compromisso da enfermagem como ciência do cuidado, capaz de transpor as barreiras do cárcere visando garantir o acesso e a assistência obstétrica de qualidade.

Dessa forma o presente estudo norteou-se pelas seguintes questões: Como as mulheres privadas de liberdade percebem a assistência de enfermagem durante o ciclo gravídico-puerperal?

Como objetivo geral, pretende-se analisar a percepção de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência de enfermagem recebida durante o ciclo gravídico-puerperal no contexto do sistema prisional.

Para alcançar essa finalidade, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar como as mulheres privadas de liberdade descrevem o cuidado de enfermagem recebido no período gravídico-puerperal e descrever os principais desafios, fragilidades e potencialidades da assistência de enfermagem no ciclo gravídico-puerperal no contexto prisional, sob a ótica dessas mulheres.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, tendo como finalidade: Identificar como as mulheres privadas de liberdade descrevem o cuidado de enfermagem recebido no período gravídico-puerperal e; Descrever os principais desafios, fragilidades e potencialidades da assistência de enfermagem no ciclo gravídico-puerperal no contexto prisional, sob a ótica dessas mulheres.

6

Entende-se que a realidade da gestação em ambiente prisional envolve múltiplas vulnerabilidades, o que exige um olhar ampliado sobre o cuidado em saúde, especialmente quando se trata da prática de enfermagem e da garantia de direitos no contexto do sistema penitenciário feminino.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa é um procedimento sistemático, controlado e crítico, voltado à solução de problemas e à produção de novos conhecimentos sobre determinada realidade. No presente estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, entendida como aquela “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente de material disponibilizado na internet”. (GIL, 2019)

Esse tipo de pesquisa possibilita identificar o estado da arte sobre a temática, reconhecer lacunas do conhecimento e fornecer subsídios teóricos para o aprimoramento da assistência de enfermagem às gestantes em situação de cárcere.

A abordagem qualitativa mostra-se adequada, pois trabalha com significados percepções e experiências humanas; como destaca Minayo (2021), abrange o universo dos significados, valores, crenças e práticas sociais, explorando dimensões subjetivas e simbólicas dos fenômenos, essa perspectiva, inicialmente consolidada em áreas como a antropologia e a

sociologia, ampliou-se para o campo da saúde, mesmo diante de críticas relacionadas à subjetividade e à imersão do pesquisador no contexto estudado.

No caso deste trabalho, esse método se mostra particularmente pertinente por possibilitar a análise da assistência de enfermagem às gestantes privadas de liberdade, a identificação de necessidades de cuidado, a compreensão da percepção dessas mulheres sobre o atendimento recebido e a reflexão sobre o impacto das políticas públicas, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) e a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), na efetivação de uma assistência integral, humanizada e baseada em direitos. A construção da revisão integrativa seguiu etapas inspiradas nas propostas de Whittemore e Knafl (2005) e de Webster e Watson (2002), adaptadas ao campo da saúde e da enfermagem. Em um primeiro momento, procedeu-se à identificação do problema e à definição da questão norteadora, formulada a partir da introdução, dos objetivos e das questões previamente estabelecidas.

Na sequência, foram definidas as fontes de informação, optando-se por bases de dados amplamente utilizadas na área da saúde, tais como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Como fonte complementar, utilizou-se o Google Acadêmico, a fim de localizar artigos, dissertações, teses e documentos institucionais que dialogassem com a temática. Para a busca dos estudos, empregaram-se Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e palavras-chave em português, como “gestantes privadas de liberdade”, “mulheres encarceradas”, “sistema prisional feminino”, “enfermagem”, “assistência de enfermagem”, “pré-natal”, “saúde da mulher” e “saúde no sistema prisional”. Esses termos foram combinados por meio de operadores booleanos (AND/OR), adequando-se às estratégias em cada base de dados, com o objetivo de abranger produções que tratassem da assistência obstétrica e da atuação da enfermagem em unidades prisionais femininas.

A seleção dos estudos ocorreu em etapas sucessivas e sistematizadas. Inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos dos trabalhos encontrados, excluindo-se aqueles que, de imediato, não apresentavam relação com o tema. Em seguida, procedeu-se à leitura dos resumos dos estudos potencialmente relevantes, refinando-se a amostra a partir dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Por fim, os textos selecionados foram lidos na íntegra, de modo a garantir maior aprofundamento na avaliação da pertinência de cada estudo em relação ao objeto desta pesquisa. Foram incluídos artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais (leis, políticas e diretrizes) disponíveis na íntegra, publicados em língua portuguesa, no

período de 2020 a 2025, e que abordassem, de forma direta, pelo menos um dos seguintes temas: gestantes em situação de privação de liberdade; assistência de enfermagem no sistema prisional feminino; pré-natal, parto ou pós-parto em contexto de cárcere; saúde da mulher privada de liberdade; e políticas públicas relacionadas à saúde das pessoas privadas de liberdade e à saúde materna.

Foram excluídos os estudos repetidos em mais de uma base de dados, os trabalhos não disponíveis na íntegra, as publicações em outros idiomas e aqueles que, após a leitura de títulos e resumos, se mostraram distantes do foco da pesquisa, por não abordarem a gestação no cárcere nem a atuação da enfermagem nesse contexto. Os estudos que compuseram a amostra final foram organizados em um quadro síntese, contendo informações como título, autores, ano de publicação, tipo de estudo, objetivos, cenário e principais resultados, o que possibilitou uma visão panorâmica da produção científica sobre o tema e favoreceu a construção das categorias de análise

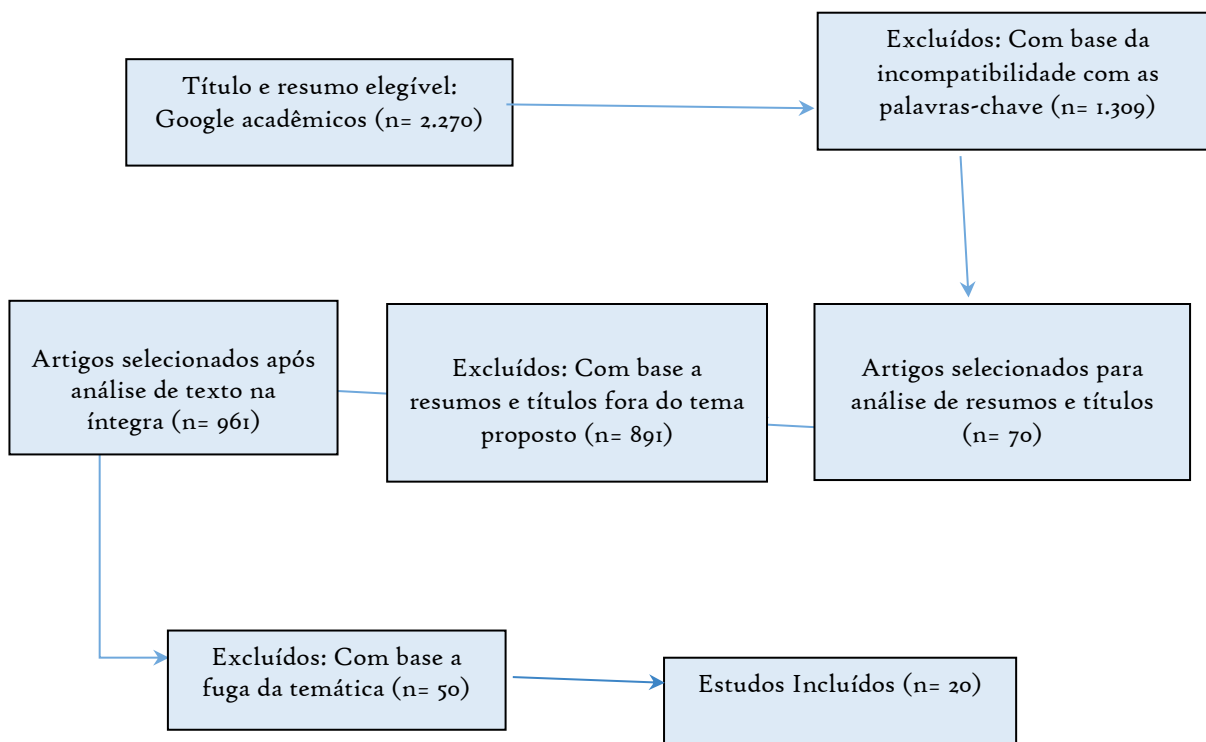
O tratamento dos dados ocorreu por meio de análise temática, conforme proposta de Bardin (2016), desenvolvida em três momentos principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, com inferência e interpretação. Na pré-análise, realizou-se uma leitura flutuante dos textos, com o objetivo de identificar trechos relacionados à assistência de enfermagem às gestantes privadas de liberdade, às condições de cuidado no pré-natal, parto e puerpério, e à percepção das mulheres sobre a qualidade da assistência recebida. Na etapa de exploração do material, esses trechos foram codificados e agrupados em eixos temáticos, tais como assistência pré-natal no cárcere, condições de parto e pós-parto em unidades prisionais, papel do enfermeiro na humanização do cuidado, desafios estruturais, éticos e organizacionais do sistema prisional e direitos reprodutivos e políticas públicas.

Na fase de tratamento e interpretação, essas categorias serão articuladas com os marcos legais (Lei de Execução Penal, Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, PNAISP, PNAME) e com referenciais teóricos sobre saúde materna, enfermagem e direitos humanos, buscando responder às questões norteadoras e compreender de que maneira a atuação da enfermagem pode contribuir para a promoção da saúde, a redução de riscos e a proteção da dignidade das gestantes privadas de liberdade.

Por se tratar de uma revisão de literatura, sem coleta direta de dados com seres humanos, o estudo não requer submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ainda assim, foram observados princípios éticos fundamentais, como a integridade acadêmica, o respeito às autorias originais, a citação adequada das fontes consultadas e a fidelidade às informações extraídas dos

documentos. Na interpretação dos resultados, buscou-se manter uma postura crítica e sensível diante da situação de vulnerabilidade das mulheres em privação de liberdade, reafirmando o compromisso da enfermagem com a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da equidade em saúde.

Fluxograma 1 – Seleção de estudos para revisão da literatura.



Fonte: Produção dos autores, 2026.

Quadro 1: Levantamento estrutural dos artigos selecionados nas bases de dados da temática

Título/Autores/Ano	Metodologia/Revista	Principais contribuições do estudo
ARAUJO, I. C. A.; CHAVES, L. H. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2020	Estudo qualitativo, com entrevistas e análise de conteúdo.	O estudo contribui para a compreensão da assistência à saúde no sistema prisional feminino, ao evidenciar que a percepção das gestantes e puérperas está relacionada às experiências prévias de encarceramento. Embora haja avaliação parcialmente positiva dos cuidados, persistem fragilidades que afetam o bem-estar biopsicossocial.
BRANDÃO, B. M. L. S. et al. Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica. Revista Mineira de Enfermagem, [S. l.], v. 24, 2020.	Estudo qualitativo, com entrevistas e análise de conteúdo.	O estudo evidencia a fragilidade da assistência obstétrica oferecida a mulheres privadas de liberdade, destacando a ocorrência de violência obstétrica, sentimentos de abandono e inadequações estruturais no sistema prisional. Além disso, contribui para a reflexão sobre a necessidade de reorganização das políticas públicas de saúde, visando garantir cuidado humanizado e respeito aos direitos reprodutivos dessa população.

GONÇALVES, J. R. Maternidade no cárcere: os desafios de ser mãe no sistema prisional. 2020. Monografia (Bacharel em Direito) - Faculdade Nossa Senhora Aparecida, Aparecida de Goiânia, 2020. Disponível em: http://www.fanap.br/Repositorio/415.pdf	Estudo qualitativo, de caráter descritivo	evidencia a invisibilidade da maternidade no sistema prisional, as fragilidades na assistência materno-infantil e os impactos psicológicos decorrentes da separação entre mãe e filho. Além disso, destaca a inadequação estrutural das instituições prisionais e reforça a necessidade de implementação de políticas públicas específicas que garantam os direitos das mulheres privadas de liberdade e de seus filhos.
PILON, S. C. et al. Mulheres privadas de liberdade: representações sociais de prisão, violência e suas consequências. Revista Brasileira de Enfermagem. 2020;73(3):e20180781.	Estudo qualitativo exploratório-descritivo	O estudo evidencia que o cárcere feminino é marcado por violência, sofrimento e violações de direitos, com impactos significativos na saúde mental, vínculos familiares e agravamento das vulnerabilidades sociais, reforçando a necessidade de políticas públicas humanizadas.
FERREIRA, M. C. A. D. S.; FERNANDES, R. A. Q. Mulheres detentas do Recife-PE: saúde e qualidade de vida. Esc. Anna Nery Rev. Enferm, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, e20200062, abr. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0062.	Estudo transversal, com abordagem quantitativa	contribui ao evidenciar a condição de vulnerabilidade social das mulheres privadas de liberdade, bem como as fragilidades na assistência à saúde e os impactos negativos do cárcere na qualidade de vida. Além disso, destaca a necessidade de atenção às especificidades da saúde da mulher, subsidiando a formulação de políticas públicas mais eficazes voltadas a esse público.
LEAL, G. A. S. et al. Grávidas e puérperas em situação de privação de liberdade: avaliação do atendimento pré e pós-parto. REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL, [S. l.], v. 2, n. 2, 2021.	Estudo quantitativo, descritivo e transversal, com coleta de dados por meio de prontuários e/ou entrevistas.	O estudo evidencia fragilidades no atendimento pré-natal e pós-parto de mulheres privadas de liberdade, com início tardio do acompanhamento, falhas na continuidade do cuidado e necessidade de maior humanização da assistência.
LIMA, A. S. et al. Vulnerabilidades em saúde vivenciadas por mulheres privadas de liberdade. São Paulo: Revista Científica de Enfermagem. 2021; 11(36):515-524.	Estudo de abordagem qualitativa, com análise descritiva-exploratória	O estudo evidencia que mulheres privadas de liberdade vivenciam importantes vulnerabilidades em saúde, especialmente no que se refere à atenção ginecológica, associadas ao acesso limitado aos serviços de saúde no ambiente prisional. Essas fragilidades contribuem para o agravamento de condições de adoecimento e refletem falhas no cumprimento das diretrizes do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Nesse contexto, observa-se a necessidade de fortalecimento das ações de saúde voltadas às especificidades da população feminina encarcerada, visando a promoção de uma assistência integral e equitativa
ALVES, C. A. O. et al. Mães em cárcere: percepções sobre a vivência da maternidade em privação de liberdade. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, [S. l.], v. 13,	Estudo de abordagem qualitativa, com análise exploratória.transversal com referencial teórico a Teoria do Apego de John Bowlby.	O estudo demonstra que a vivência da maternidade no cárcere é permeada por sofrimento emocional, sobretudo em decorrência da separação entre mãe e filho e das condições precárias do ambiente prisional. Esses fatores repercutem

2023. DOI: 10.19175/recom.v13io.4802		negativamente na saúde mental das mulheres e no desenvolvimento das crianças, evidenciando a necessidade de estratégias assistenciais que promovam o cuidado humanizado e o fortalecimento dos vínculos maternos
AQUINO, L. C. D, CRUZ, D. T. Encarceramento feminino e bases legais da atenção à saúde da mulher privada de liberdade no Brasil. Cadernos Saúde Coletiva. 2023;31(4):e31040071.	Revisão de literatura	O estudo demonstra que, embora existam dispositivos legais que assegurem o direito à saúde das mulheres privadas de liberdade, sua efetivação no sistema prisional ainda é limitada. As condições estruturais e as falhas na implementação das políticas públicas contribuem para a precarização da assistência, evidenciando a persistência de práticas negligentes.
ATANAKA, M. et al. O gestar em prisões por traficantes de drogas. Revista Uruguaya de Enfermería, 2023; 18(2): e2023v18n2a7.	Estudo descritivo exploratório com abordagem qualitativa	O estudo evidencia que a gestação no cárcere, especialmente entre mulheres envolvidas com tráfico de drogas, ocorre em condições de vulnerabilidade, com assistência pré-natal insuficiente, estigmatização e impactos negativos na saúde materno-infantil.
ALBUQUERQUE, G. A. et al. Acesso e cuidado a saúde de mulheres privadas de liberdade na penitenciária cearense. Ciência e Saúde Coletiva, v.29, n. 6, Junho, 2024.	Estudo analítico, transversal e quantitativa	O estudo evidencia barreiras no acesso e na continuidade da assistência à saúde de mulheres privadas de liberdade, destacando fragilidades estruturais e na articulação com o SUS, o que compromete a integralidade do cuidado.
ARAÚJO, M. D. C. et al. Qualidade da assistência no ciclo gravídico puerperal sob a ótica de mulheres privadas de liberdade. Enfermagem Foco. 2025;16:e2025117.	Revisão de abordagem quantitativo	O estudo evidencia que a assistência no ciclo gravídico-puerperal às mulheres privadas de liberdade apresenta fragilidades relevantes, caracterizadas por inadequações no pré-natal, como número insuficiente de consultas e ausência de atividades educativas, além de falhas no acolhimento durante o parto e puerpério. Observa-se, ainda, a restrição de direitos, como a presença de acompanhante, e a predominância de cesarianas, o que reforça a percepção de um cuidado pouco humanizado. Nesse sentido, os achados apontam para a necessidade de reestruturação das práticas assistenciais, visando à garantia de uma atenção integral, qualificada e baseada nos princípios de humanização no contexto prisional.
BARRA, B. L. L. et al. Rompimento da maternagem: implicações para a saúde das mulheres privadas de liberdade. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.13, n.36, p. 673-696, set./dez. 2025.	Estudo de abordagem qualitativa, com análise descritiva-exploratória	O estudo evidencia que o rompimento da maternagem no contexto prisional gera impactos significativos na saúde física, psíquica e emocional das mulheres privadas de liberdade. A fragilização dos

		vínculos maternos, antes ou durante o encarceramento, associada à insuficiência de estratégias de manutenção desses laços, intensifica quadros de sofrimento e vulnerabilidade. Assim, reforça-se a necessidade de ações que promovam o fortalecimento do vínculo mãe-filho e a garantia de assistência integral à saúde dessa população.
BARRETO, L. S. et al. Impactos da privação de liberdade na saúde de mulheres grávidas e puérperas: uma revisão de literatura. Humanidades e Tecnologia (FINOM), v. 57, n. 1, 2025.	Revisão integrativa da literatura, com busca na SciELO, BVS, LILACS e AnFaMed.	O estudo contribui ao evidenciar que a vivência da gravidez e do puerpério no sistema prisional é marcada por vulnerabilidades intensificadas pela falta de cumprimento dos direitos básicos e das políticas de saúde. Ao demonstrar a distância entre a legislação e a realidade vivida, reforça a necessidade de efetivação dos Direitos Humanos e de melhorias na assistência à saúde da mulher privada de liberdade, com foco na garantia de cuidado digno e integral.
BEZERRA, R. F. C.; ESPINDOLA, M. P.; TORRES, D. B. F. F. Gestar no sistema prisional: reflexões de mulheres em privação de liberdade sobre assistência ao pré-natal. Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde, 2025;10:01- 09.	Estudo de abordagem qualitativa, com análise de documentos e relatos.	O estudo aponta avanços na assistência ao pré-natal de gestantes privadas de liberdade, evidenciados pelo cumprimento de metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela atuação central do enfermeiro nesse contexto. Destacam-se melhorias relacionadas à oferta de alimentação, suplementação, adaptação do ambiente prisional para gestantes e incentivo ao aleitamento materno. Apesar disso, os achados sugerem que, embora haja progressos na assistência, ainda se faz necessária a continuidade de estratégias que garantam a consolidação de um cuidado integral e humanizado no sistema prisional.
CABRAL, P. A. S.; DIONIZIO, L. A; SANTOS, G. G. Experiências de gestantes e puérperas privadas de liberdade sobre o ciclo gravídico puerperal na prisão: estudo qualitativo. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 14, e5976. Março, 2025.	Revisão qualitativa	O estudo evidencia fragilidades na assistência à saúde de gestantes e puérperas privadas de liberdade, destacando o início tardio do pré-natal, falhas no acompanhamento e ausência de suporte adequado. Esses fatores comprometem a qualidade do cuidado e reforçam a necessidade de reformulação das políticas públicas, visando uma assistência mais humanizada e integral no contexto prisional.

DELFINO, M. L. A. et al. Vivências de mulheres privadas de liberdade em todo período gestacional. Revista de Enfermagem Inova Saúde, Criciúma, v. 14, n. 6, 2025.	Estudo de abordagem qualitativa, descritiva com análise de conteúdos.	O estudo demonstra que a assistência às mulheres privadas de liberdade durante o pré-natal, parto e puerpério é permeada por lacunas significativas, evidenciadas pela precariedade estrutural e pela presença de estigmas no cuidado. As experiências relatadas revelam fragilidades na atenção à saúde e insuficiência de suporte emocional, expressas por sentimentos de solidão, medo e angústia, sobretudo diante da possibilidade de separação do binômio mãe-filho. Diante disso, ressalta-se a necessidade de reestruturação da assistência, com foco na promoção de um cuidado humanizado..
ERRA, M. C. G. C. et al. Mulheres privadas de liberdade: práticas maternas no cuidado ao lactente. Revista Enfermagem Atual In Derme, [S. l.], v. 99, n. 3, p. e025116, 2025.	Estudo de abordagem qualitativa, com análise descritiva-exploratória	O estudo evidencia que a experiência de cuidar de um filho no contexto prisional é permeada por desafios físicos e emocionais, decorrentes de um ambiente inadequado e da ausência de suporte social. As mulheres privadas de liberdade enfrentam dificuldades para atender às necessidades básicas da criança, ao mesmo tempo em que lidam com a sobrecarga associada ao exercício do papel materno. A partir da Teoria de Adaptação de Callista Roy, observa-se que essas mulheres buscam estratégias de enfrentamento para manter o equilíbrio físico, emocional e social. Assim, os achados reforçam a necessidade de uma assistência de enfermagem mais sensível às especificidades maternas no sistema prisional, promovendo cuidado integral e humanizado.

Fonte: Produção dos autores, 2026.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 20 artigos selecionados revelou aspectos recorrentes na assistência de enfermagem prestada a mulheres privadas de liberdade durante o ciclo gravídico-puerperal. Os dados foram organizados em três categorias temáticas.

Na primeira categoria, predominaram relatos de deficiências importantes na atenção à saúde de gestantes e puérperas no contexto prisional. Entre as principais fragilidades estão o início tardio do pré-natal, número insuficiente de consultas, dificuldade de acesso a exames complementares, interrupção da continuidade do cuidado e limitações estruturais das unidades. Os estudos também apontaram a violação de direitos garantidos por lei, como a ausência de acompanhante durante o parto e a falta de ações educativas voltadas à saúde materna.

A segunda categoria revelou implicações emocionais e psicossociais significativas associadas à vivência da gestação no ambiente prisional. As pesquisas apontaram sentimentos recorrentes de medo, solidão, abandono, tristeza e angústia, intensificados, sobretudo, pelo

receio da separação entre mãe e filho após o nascimento. Identificou-se, ainda, impacto negativo na saúde mental dessas mulheres, agravado pelas condições do encarceramento, pela fragilidade dos vínculos familiares e pela insuficiência de suporte emocional durante o período gravídico-puerperal.

Ainda assim, a terceira categoria demonstrou que, apesar das fragilidades identificadas, há experiências que sinalizam avanços na assistência de enfermagem no sistema prisional. Destacaram-se iniciativas como o acompanhamento pré-natal, a oferta de suplementação nutricional, o incentivo ao aleitamento materno e a adequação de espaços destinados às gestantes. A literatura também ressaltou o papel do enfermeiro no acolhimento, na orientação, na escuta qualificada e no fortalecimento do vínculo terapêutico, ações fundamentais para a humanização do cuidado e para a promoção da saúde materno-infantil.

Em síntese, os resultados indicam que a assistência de enfermagem às mulheres privadas de liberdade no ciclo gravídico-puerperal ainda apresenta brechas importantes, especialmente no que se refere à garantia dos direitos reprodutivos e à integralidade do cuidado. Ainda assim, também evidenciam o potencial transformador da atuação da enfermagem quando fundamentada nos princípios da humanização, da equidade e do respeito à dignidade humana.

1-Percepções das mulheres privadas de liberdade sobre a assistência de enfermagem no ciclo gravídico-puerperal

A revisão da literatura permitiu compreender que as percepções das mulheres privadas de liberdade acerca da assistência de enfermagem no ciclo gravídico-puerperal são construídas a partir de experiências repletas de vulnerabilidades sociais, limitações estruturais do sistema prisional e desafios relacionados à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Embora existam políticas públicas que assegurem o acesso à assistência integral à saúde, a pesquisa mostra que a realidade vivenciada por muitas gestantes e puérperas em situação de cárcere ainda está distante das recomendações preconizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP)

A maternidade desempenha função central na vida dessas mulheres, constituindo-se como uma importante fonte de significado, esperança e fortalecimento emocional diante das adversidades do encarceramento. Os achados de Paiva et al. (2025) demonstram que o exercício da maternagem está fortemente associado a papéis socialmente construídos, nos quais a figura materna é representada por valores como proteção, amizade, cumplicidade e dedicação aos filhos. Corroborando esses achados, Lima et al. (2023) destacam que, mesmo diante das condições adversas impostas pela privação de liberdade, a maternidade pode proporcionar um novo sentido para a vida das mulheres encarceradas.

A humanização é um tema frequentemente abordado nos estudos analisados. As mulheres privadas de liberdade relatam sentimentos de abandono, medo, tristeza e insegurança durante o período gestacional e puerperal, muitas vezes associados à falta de acolhimento e à escassez de suporte emocional. Esses achados sustentam os estudos de Delfino et al. (2025) e Pilon et al. (2020), que identificaram que o ambiente prisional potencializa experiências de

sofrimento psicológico, agravadas pela privação de liberdade e pelas incertezas relacionadas à maternidade. Nesse contexto, a assistência de enfermagem é percebida positivamente quando ultrapassa os aspectos técnicos e incorpora práticas de escuta qualificada, empatia e apoio emocional.

Em relatos descritos por Espíndola et al (2025) detentas, afirma-se que o convívio com outras gestantes e puérperas é imprescindível para que se sintam apoiadas e mais seguras, demonstrando a importância das celas destinadas a essas mulheres no sistema prisional. Por outro lado, os resultados encontrados por Lima et al. (2023) revelam uma realidade marcada por conflitos interpessoais e sofrimento psíquico. Esses fatores favorecem o surgimento de intrigas, desentendimentos e desgaste emocional entre as mulheres, repercutindo negativamente sobre sua saúde mental.

Podemos observar que há uma ambiguidade entre as relações estabelecidas em cárceres. Enquanto o apoio entre gestantes e puérperas pode funcionar como um fator protetivo para o bem-estar emocional, as condições estruturais e psicossociais do sistema prisional podem potencializar conflitos e sofrimento mental. Essa realidade é reforçada pelos relatos apresentados por Lima et al. (2023), nos quais algumas mulheres afirmaram já ter cogitado o suicídio, evidenciando a gravidade do impacto psicológico provocado pelo encarceramento. A equipe de enfermagem, torna-se fundamental nesse período desenvolvendo ações voltadas para a promoção da saúde mental e do fortalecimento dos vínculos sociais entre as mulheres privadas de liberdade

15

A literatura também evidencia que as percepções das mulheres sobre a assistência recebida são fortemente influenciadas pelas condições estruturais das instituições prisionais. Conforme apontam Ferreira e Fernandes (2020), Albuquerque et al. (2024) e Aquino e Cruz (2023), a maioria das instituições prisionais femininas apresenta infraestrutura inadequada para atender às necessidades específicas das gestantes e puérperas, além de limitações relacionadas à disponibilidade de recursos materiais, transporte para serviços especializados e quantitativo insuficiente de profissionais de saúde. Essas condições dificultam a continuidade do cuidado e comprometem a integralidade da assistência.

Em relação ao parto e ao puerpério, os levantamentos revelam situações que impactam negativamente a percepção das mulheres sobre a assistência recebida. Brandão et al. (2020) identificaram relatos de violência obstétrica, realização de procedimentos sem consentimento e restrição de direitos, como a presença de acompanhante durante o parto. De forma semelhante, Araújo et al. (2025) observaram que muitas mulheres percebem o atendimento obstétrico como

pouco humanizado, o que evidencia a persistência de práticas incompatíveis com os princípios da atenção obstétrica baseada em direitos e no respeito à autonomia feminina.

Para além do cuidado técnico-assistencial, o rompimento dos vínculos maternos destaca-se como um dos fatores que mais influenciam negativamente a experiência dessas mulheres. Barra et al. (2025), Alves et al. (2023) e Gonçalves (2020) demonstram que a possibilidade de separação entre mãe e filho gera intenso sofrimento emocional, repercutindo diretamente na saúde mental das mulheres e na forma como percebem o cuidado recebido.

A maternidade assume uma dimensão que ultrapassa os cuidados físicos, tornando-se um elemento fundamental para a construção da identidade dessas mulheres e para a manutenção de seus vínculos afetivos. É uma importante fonte de suporte emocional e esperança para o futuro. Segundo os autores Lima et al. (2023) e Paiva et al. (2025), muitas mães percebem os filhos como uma motivação para enfrentar as dificuldades do cotidiano prisional, projetando neles expectativas de mudança, superação e reconstrução de suas trajetórias de vida. Dessa forma, os filhos representam não apenas um vínculo afetivo, mas também uma importante fonte de suporte emocional e esperança para o futuro. Nesse contexto, a enfermagem possui papel fundamental na implementação de estratégias que fortaleçam o vínculo materno-infantil, promovam o apoio emocional e minimizem os impactos decorrentes do encarceramento.

Os estudos de Bezerra, Espíndola e Torres (2025) apontam avanços na assistência prestada às gestantes privadas de liberdade, especialmente relacionados à ampliação do acesso ao pré-natal, ao incentivo ao aleitamento materno e à adaptação de espaços destinados ao cuidado materno-infantil. Porém, esses avanços ainda se mostram insuficientes diante das inúmeras demandas identificadas, evidenciando a necessidade de investimentos contínuos na qualificação profissional, na melhoria das condições estruturais e no fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde da mulher em situação de privação de liberdade.

Diante do exposto, na literatura analisada, permite-se concluir que a percepção das mulheres privadas de liberdade sobre a assistência de enfermagem no ciclo gravídico-puerperal é predominantemente marcada por sentimentos contraditórios. Embora reconheçam a importância do enfermeiro como profissional essencial para o cuidado e para a promoção do acolhimento, persistem relatos de fragilidades assistenciais, barreiras de acesso, desrespeito aos direitos reprodutivos e insuficiência de suporte emocional. Essas evidências reforçam a necessidade de uma assistência de enfermagem integral, humanizada e baseada nos princípios da equidade, da dignidade humana e dos direitos reprodutivos, contribuindo para a construção de práticas assistenciais mais resolutivas e sensíveis às especificidades da maternidade no contexto prisional.

2-Fragilidades e potencialidades da assistência de enfermagem no contexto prisional durante o ciclo gravídico-puerperal

A análise dos artigos incluídos nesta revisão permitiu identificar que, embora existam avanços relacionados à ampliação do acesso aos serviços de saúde no sistema prisional, persistem falhas estruturais, organizacionais e assistenciais que comprometem a efetivação de uma assistência integral, humanizada e baseada nos direitos sexuais, reprodutivos e maternos dessas mulheres.

Apesar da relevância atribuída ao trabalho dos profissionais de enfermagem, as mulheres relatam importantes fragilidades na assistência recebida. Estudos como os de Brandão et al. (2020), Cabral, Dionizio e Santos (2025) e Araújo et al. (2025) evidenciam que a assistência pré-natal frequentemente ocorre de forma tardia ou insuficiente, caracterizada por número reduzido de consultas, ausência de atividades educativas e dificuldades de acesso aos serviços especializados. Essas deficiências comprometem o monitoramento adequado da gestação e aumentam os riscos de complicações maternas e neonatais, o que reflete fragilidade na organização da assistência à saúde nas unidades prisionais.

Outra inadequação amplamente descrita refere-se às condições estruturais do sistema prisional. Segundo o relatório do 1º semestre de 2025 do SENAPPEN, o estado de SP apresenta 43 gestantes para 7 celas/dormitórios em todo o estado, evidenciando Ferreira e Fernandes (2020), Albuquerque et al. (2024) e Aquino e Cruz (2023), que apontam que a precariedade física das unidades, a insuficiência de recursos materiais e humanos e as dificuldades de articulação com a rede de saúde dificultam a efetivação de uma assistência integral. Dessa forma, mesmo quando os profissionais demonstram comprometimento com o cuidado, as limitações institucionais acabam comprometendo a qualidade da assistência prestada

As limitações relacionadas à humanização do cuidado corroboram Brandão et al. (2020), que identificaram relatos de violência obstétrica, de ausência de autonomia das mulheres durante o parto e de restrições ao exercício de direitos legalmente garantidos. Da mesma forma, Araújo et al. (2025) destacam que a ausência de acompanhante durante o parto e a predominância de práticas intervencionistas contribuem para a percepção de um cuidado desumanizado. Essas situações revelam a existência de barreiras que vão além das questões estruturais e envolvem aspectos éticos e relacionais da assistência.

Aliado a isso, a literatura destaca que o sofrimento emocional decorrente da privação de liberdade e da possibilidade de separação entre mãe e filho constitui uma importante fragilidade no contexto do cuidado. Estudos de Alves et al. (2023), Barra et al. (2025) e Gonçalves (2020) demonstram que sentimentos de medo, ansiedade, tristeza e solidão são frequentes entre

gestantes e puérperas encarceradas, repercutindo negativamente em sua saúde mental. Nesse cenário, a ausência de suporte psicossocial adequado limita a capacidade da assistência de enfermagem de responder integralmente às necessidades dessas mulheres.

Sendo nesse momento onde a enfermagem destaca-se pela capacidade de promover acolhimento e escuta qualificada, como importante instrumento de defesa dos direitos das gestantes e de promoção da dignidade humana no ambiente prisional. Segundo Araújo e Chaves (2020), quando o cuidado é desenvolvido de forma humanizada, respeitando as singularidades e necessidades emocionais das mulheres privadas de liberdade, observa-se fortalecimento do vínculo terapêutico e maior satisfação em relação à assistência recebida.

Conforme descrito por Bezerra et al. (2025) e Araújo et al. (2025). Embora sua efetivação ainda apresente limitações, observa-se ampliação gradual do acesso ao pré-natal, à suplementação nutricional, ao acompanhamento multiprofissional e às ações de promoção da saúde, fortalecendo o papel da enfermagem na garantia do cuidado integral. Houve avanços relacionados à implementação de políticas públicas voltadas para a saúde das pessoas privadas de liberdade, especialmente após a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP).

Como a Lei nº 14.326/2022 (Atualização da LEP): Assegura explicitamente o tratamento humanitário à presa gestante ou puérpera (que acabou de dar à luz). O poder público é obrigado a prestar assistência integral à saúde da mãe e do recém-nascido durante todo o ciclo gravídico-puerperal. Diário Oficial da União (BRASIL, 2022, p. 1)

18

Apesar das fragilidades identificadas, a literatura também evidencia importantes potencialidades da assistência de enfermagem no contexto prisional. Bezerra, Espindola e Torres (2025) ressaltam que a atuação da enfermagem tem contribuído para a realização de consultas, orientações educativas, monitoramento da saúde materno-fetal e incentivo ao aleitamento materno, favorecendo a promoção do autocuidado e a prevenção de agravos.

De acordo com Espíndola et al. (2025), e Calixto et al. (2025) reforçam que a inserção do enfermeiro nas equipes de atenção básica prisional, conforme preconizado pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), representa uma estratégia fundamental para reduzir desigualdades de gênero presentes no sistema prisional.

O diálogo entre os estudos permite compreender que a enfermagem ocupa posição estratégica na assistência às mulheres em situação de cárcere, especialmente por estar mais próxima das demandas cotidianas dessa população. Além dos cuidados clínicos e preventivos, o enfermeiro atua como agente de acolhimento, educação em saúde e promoção da autonomia,

contribuindo para minimizar vulnerabilidades decorrentes do encarceramento. Essa atuação torna-se ainda mais relevante durante a gestação, período marcado por necessidades específicas de acompanhamento e proteção à saúde materno-fetal.

Os resultados indicam que a assistência de enfermagem é frequentemente reconhecida como uma das principais formas de acolhimento e apoio durante a gestação. Nesse momento, as mulheres conseguem expressar suas necessidades e preocupações criando e fortalecendo o vínculo terapêutico entre a paciente e o enfermeiro, corroborando a fala de Bezerra, Espindola e Torres (2025), que destacam que a atuação do enfermeiro tem papel central no acompanhamento pré-natal, contribuindo para o cumprimento das metas assistenciais e para a promoção de orientações relacionadas à gestação, alimentação, suplementação e aleitamento materno.

O que se constatou evidencia a importância do acompanhamento contínuo realizado pela enfermagem, que atua tanto na educação em saúde quanto no monitoramento das necessidades nutricionais e clínicas das gestantes, contribuindo para a promoção de uma gravidez mais segura dentro do contexto prisional.

Consequentemente, os resultados desta revisão evidenciam que a assistência de enfermagem às mulheres privadas de liberdade durante o ciclo gravídico-puerperal é marcada por avanços importantes, porém ainda cercada por fragilidades que dificultam a concretização de um cuidado integral e humanizado. Mostra-se necessária a implementação de estratégias que fortaleçam a estrutura dos serviços de saúde prisional, ampliem a qualificação profissional e garantam o cumprimento dos direitos reprodutivos e maternos dessa população. Diante dessa realidade, a enfermagem possui papel estratégico na transformação das práticas assistenciais, contribuindo para a construção de um cuidado pautado na equidade, humanização e respeito à dignidade das mulheres em situação de privação de liberdade.

19

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa permitiu compreender as percepções de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência de enfermagem recebida durante o ciclo gravídico-puerperal, bem como identificar as principais fragilidades e potencialidades presentes nesse contexto assistencial.

A análise da literatura evidenciou que a vivência da gestação, do parto e do puerpério no sistema prisional brasileiro é marcada por múltiplas vulnerabilidades, decorrentes tanto das limitações estruturais das instituições quanto das dificuldades relacionadas à efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos dessas mulheres.

Os resultados demonstraram que a assistência de enfermagem é frequentemente percebida como uma importante fonte de acolhimento, orientação e apoio durante o período gravídico-puerperal, sendo o enfermeiro reconhecido como um dos principais profissionais responsáveis pelo acompanhamento da saúde materna no ambiente prisional.

Apesar disso, persistem fragilidades significativas relacionadas ao acesso e à continuidade do pré-natal, à insuficiência de recursos humanos e materiais, à precariedade estrutural das unidades prisionais, à desarticulação com a rede de atenção à saúde e à ocorrência de práticas que comprometem a humanização da assistência.

Em contraste, foram identificadas potencialidades importantes na atuação da enfermagem, destacando-se a realização do acompanhamento pré-natal, as ações de educação em saúde, o incentivo ao aleitamento materno, a escuta qualificada e o fortalecimento do vínculo terapêutico. Essas práticas mostram o potencial transformador da enfermagem na promoção da saúde, na defesa dos direitos humanos e na humanização do cuidado às mulheres privadas de liberdade.

Revela-se fundamental o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde da mulher encarcerada, a ampliação dos investimentos em infraestrutura e recursos humanos, bem como a qualificação permanente dos profissionais de saúde que atuam nesse cenário. Embora avanços tenham sido observados nos últimos anos, ainda existem desafios significativos para a consolidação de uma assistência de enfermagem integral, equitativa e humanizada no contexto prisional

20

Conclui-se, portanto, que esta produção científica pode contribuir para ampliar a visibilidade das necessidades das mulheres privadas de liberdade durante o ciclo gravídico-puerperal, subsidiando a construção de estratégias assistenciais mais humanizadas e fortalecendo o compromisso da enfermagem com a promoção da dignidade, da cidadania e do direito à saúde dessa população historicamente vulnerabilizada.

REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, G. A. et al. Acesso e cuidado a saúde de mulheres privadas de liberdade na penitenciária cearense. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.29, n. 6, Junho, 2024.

ALVES, C. A. O. et al. Mães em cárcere: percepções sobre a vivência da maternidade em privação de liberdade. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, [S. l.], v. 13, 2023. DOI: 10.19175/recom.v13i0.4802. Disponível em: <http://periodicos.ufsj.edu.br/recom/article/view/4802>.

AQUINO, L. C. D, CRUZ, D. T. Encarceramento feminino e bases legais da atenção à saúde da mulher privada de liberdade no Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*. 2023;31(4):e31040071.

ARAUJO, I. C. A.; CHAVES, L. H. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno infantil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e300104, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/7z5kcxDVhFkxsgJcGRRxQqv/>.

ARAUJO, M. D. C. et al. Qualidade da assistência no ciclo gravídico puerperal sob a ótica de mulheres privadas de liberdade. *Enfermagem Foco*. 2025;16:e2025117.

ATANAKA, M. et al. O gestar em prisões por traficantes de drogas. *Revista Uruguaya de Enfermería*, 2023; 18(2): e2023v18n2a7.

BARRA, B. L. L. et al. Rompimento da maternagem: implicações para a saúde das mulheres privadas de liberdade. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v.13, n.36, p. 673-696, set./dez. 2025.

BARRETO, L. S. et al. Impactos da privação de liberdade na saúde de mulheres grávidas e puérperas: uma revisão de literatura. *Humanidades e Tecnologia (FINOM)*, v. 57, n. 1, 2025. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/6117.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEZERRA, R. F. C.; ESPINDOLA, M. P.; TORRES, D. B. F. F. Gestar no sistema prisional: reflexões de mulheres em privação de liberdade sobre assistência ao pré-natal. *Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde*, 2025;10:01- 09.

BRANDÃO, B. M. L. S. et al. Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica. *Revista Mineira de Enfermagem*, [S. l.], v. 24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/49917>.

21

BRASIL. Lei nº 14.326, de 12 de abril de 2022. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 71, p. 1, 13 abr. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114326.htm

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: planalto.gov.br.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. Diretrizes para a Convivência Mãe-Filho no Sistema Prisional. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Relatório de Informações Penitenciárias: 18º ciclo SISDEPEN – período de referência: janeiro a junho de 2025. Brasília, DF: SENAPPEN, 2025. Disponível em: Relatório do 1º semestre de 2025 – 18º ciclo SISDEPEN

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Relatório de Informações Penitenciárias: 17º ciclo SISDEPEN – período de referência julho a dezembro de 2024. Brasília, DF: SENAPPEN, 2025. Disponível em: Relatório 17º ciclo SISDEPEN

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria Interministerial No. 1, de 2 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União. 3 jan 2014;Seç. 1:18-21.

CABRAL, P. A. S.; DIONIZIO, L. A; SANTOS, G. G. Experiências de gestantes e puérperas privadas de liberdade sobre o ciclo gravídico puerperal na prisão: estudo qualitativo. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 14, e5976. Março, 2025

DELFINO, M. L. A. et al. Vivências de mulheres privadas de liberdade em todo período gestacional. Revista de Enfermagem Inova Saúde, Criciúma, v. 14, n. 6, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/Inovasauade/article/view/7618/7144>.

FERREIRA, M. C. A. D. S.; FERNANDES, R. A. Q. Mulheres detentas do Recife-PE: saúde e qualidade de vida. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, e20200062, abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0062>.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, J. R. Maternidade no cárcere: os desafios de ser mãe no sistema prisional. 2020. Monografia (Bacharel em Direito) - Faculdade Nossa Senhora Aparecida, Aparecida de Goiania, 2020. Disponível em: <http://www.fanap.br/Repositorio/415.pdf>.

GUERRA, M. C. G. C. et al. Mulheres privadas de liberdade: práticas maternas no cuidado ao lactente. Revista Enfermagem Atual In Derme, [S. l.], v. 99, n. 3, p. e025116, 2025. DOI: 10.31011/reaid-2025-v.99-n.3-art.2592. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com.br/revista/article/view/2592>.

LAKATOS, E. M. et al. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEAL, G. A. S. et al. Grávidas e puérperas em situação de privação de liberdade: avaliação do atendimento pré e pós-parto. Revista Brasileira de Execução Penal, [S. l.], v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://rbepsenappen.mj.gov.br/index.php/RBEP/article/view/279>.

LIMA, A. S. et al. Vulnerabilidades em saúde vivenciadas por mulheres privadas de liberdade. São Paulo: Revista Científica de Enfermagem. 2021; 11(36):515-524.

MINAYO, M. C. de S. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. Revista Pesquisa Qualitativa, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p. 521-539, 2021. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/506> Acesso em: 27 mar. 2026.

PILON, S. C. et al. Mulheres privadas de liberdade: representações sociais de prisão, violência e suas consequências. Revista Brasileira de Enfermagem. 2020;73(3):e20180781.

WEBSTER, J.; WATSON, R. T. Analyzing the past to prepare for the future: writing a literature review. MIS Quarterly, Minneapolis, v. 26, n. 2, p. xiii-xxiii, Jun. 2002.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. Journal of Advanced Nursing, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, Dec. 2005.